



**LUTAS E URDIDURAS ENTRE A CIDADE E A FLORESTA:
O “fazer-se” da Educação em Melgaço-Pa**

Agenor Sarraf Pacheco

Universidade Federal do Pará (UFPA)
sarraf@ufpa.br

RESUMO

Explorando narrativas orais alinhavadas no corpo-a-corpo com moradores de Melgaço, no Marajó das Florestas-Pa, documentos escritos captados em arquivo público municipal e diagnósticos educacionais oficiais produzidos, na última década, sobre a realidade melgacense, o texto acompanha experiências vivenciadas por populações locais em territórios da cidade e da floresta, em torno do processo que forjou, entre lutas e urdiduras, a escolarização do município a partir de 1950. No reencontro com as difíceis lembranças reconstruídas pelos antigos alunos quando experimentaram as contradições e exclusões gestadas pelo sistema educacional paraense e as persistentes imagens das dificuldades para se construir uma presença efetiva da escola em ambientes urbanos e rurais, esta produção escrita conclui apontando uma solução para enfrentar as problemáticas vividas atualmente, especialmente pelos professores ribeirinhos leigos: a implantação de um projeto de pesquisa e intervenção social sobre identidades docentes e práticas de leitura com narrativas orais marajoaras.

Palavras-chave: história; memória; educação.



ABSTRACT

By the exploration of the oral traditions inside of the residents' life from Melgaço, in Marajó das Florestas-Pa; such as documents written and kept in municipal public files and documents that attest the official educational diagnostics from the last decade, under the reality current in Melgaço, this piece comes with living experiences from the people who dwells in the forests and in the city around the process that were made, beyond fights and warps, the municipal's schooling since 1950. It was necessary to make some old students remember some difficult memories, which are the reflections of the contradictions and exclusions that happens in the paraense educational system. The talking also showed the repeating images of the difficulties when it comes to build an effective presence of the school in urban and rural environments, so this work finishes showing a solution to deal with the problematic lived nowadays, especially when it comes to the ribeirinhos teachers, that are pretty much amateurs. The possible solution is to deploy a research project and social intervention on the tutor's identity and the reading of the oral marajoara's narratives.

KEY-WORDS: History; Memory; Schooling

REALINHAVANDO HISTÓRIAS

A história de Melgaço, no Marajó das Florestas¹, contada por seus habitantes, entre as muitas temáticas que emergem das memórias vividas e narradas, a trajetória educacional municipal ganha destaque. Estas populações de matrizes orais e ribeirinhas, ao serem estimuladas para reconstruir as lutas enfrentadas tanto no antigo espaço urbano em renascimento na década de 50, quanto no meio rural, redesenham uma complexa urdidura de dificuldades enfrentadas para consolidar a presença efetiva da escola pública no município.

Este texto acompanha, inicialmente, em processos de rememoração produzidos por moradores locais, o "fazer-se" (THOMPSON, 1987) do movimento

¹ A chamada ilha de Marajó, na foz do rio Amazonas, maior ilha flúvio-marinha do mundo, com mais de 50 mil quilômetros quadrados, distribuídos em regiões de campos naturais, zonas de matas, praias, rios e mar, é conformada, geográfica e culturalmente, pelo *Marajó dos Campos*, na parte oriental, que compreende os municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras e Muaná e o *Marajó das Florestas*, no lado ocidental, o qual abarca os municípios de São Sebastião da Boa Vista, Curalinho, Bagre, Breves, Melgaço, Portel, Anajás, Gurupá e Afuá. (PACHECO, 2009, p. 23).



pela educação no espaço urbano e rural do município². Por meio da metodologia da História Oral (FERREIRA, 1994; PORTELLI, 1997), apreende-se dificuldades, sonhos, frustrações, contradições e superações compartilhadas por marajoaras para alcançar o domínio dos códigos do mundo letrado.

Para realinhar essas histórias compartilhadas, recompor cenas, cenários e experiências desses agentes sociais, o trabalho dialoga em seguida com documentos escritos captados em arquivos municipais e diagnósticos produzidos por órgãos oficiais sobre os retratos da educação no local, seguindo orientações metodológicas de PINSKY e LUCA (2009). Nos intercâmbios entre memórias orais e escritas visibilizam-se avanços e descaminhos vividos pela gestão educacional para superar os baixos índices de escolarização, especialmente entre as crianças e adolescentes imiscuídas nas teias e dinâmicas culturais dos ambientes urbanos e, especialmente, rurais/florestais do município.

Na parte final, o texto recupera a proposta de um projeto de pesquisa e intervenção social apresentado em setembro de 2010 à CAPES/INEP, como possibilidade desafiadora de enfrentar as problemáticas que dificultam professores ribeirinhos leigos a melhorarem seu fazer pedagógico e obterem sucesso no desenvolvimento das práticas de leitura e escrita com seus alunos.

FIOS DE UMA URDIDURA DE LUTAS: LEMBRANÇAS DA ESCOLA

Nas vozes dos sujeitos históricos que moram em Melgaço desde as primeiras décadas do século XX, surpreendem-se dificuldades vividas, especialmente por parte da população de baixa renda, para conseguirem estudar. Depois do final do mandato dos Intendentes a partir de 1930, a vila abandonada

² Reflexões de Thompson (1987) inspiram esta pesquisa, porque ao discutir o movimento conflituoso e multifacetado trilhado por diferentes trabalhadores, ligados à produção industrial na Inglaterra do século XIX, na constituição de um modo de vida operário, visualiza um processo histórico sempre indeterminado e inacabado. Nesse sentido, apropriamo-nos do termo “fazer-se”, cunhado por este intelectual da História Social Inglesa, para interpretar a trajetória educacional melgacense como um conjunto de experiências sempre em construção, vivido pelos seus muitos moradores.



ficou vários anos sem professor. A partir da década de 50, ainda sob a custódia do município de Portel, a chegada de Daniel Quintas, o novo inspetor, fez a escola voltar a funcionar. Ganha destaque na lembrança dos moradores antigos a forte presença de dona Neide Pimenta Quintas, esposa do intendente, porque decidiu dar aula para as crianças que ali moravam. Raimunda Nogueira, professora negra, leiga e atualmente aposentada, nascida em 1948 na vila de Melgaço, filha de seu Benevenuto, traz em suas lembranças as dificuldades que trilhou para estudar.

Quando estava se aproximando a época da chegada dos vendedores na vila, o papai com a mamãe diziam “umbora filha”, aí eu tinha que ir pra roça, às vezes eu passava semanas, eu cheguei até ficar mês sem botar o pé na escola, já pensou, por causa da grande dificuldade que a gente passou, né, às vezes eu ficava com raiva que eu não ia na escola, mas tinha hora que eu entendia a situação. Quando chegava a época da prova, eu cansei de levar os meus cadernos pra roça, levava, lá eu colocava já tudo aberto, sabe, o piquero de mandioca desse tamanho e os meus cadernos lá, aí eu sentava lá raspando mandioca, mas eu não dava uma palavra com ninguém, sabe, só estudando, quando eu tinha dúvida eu só dava uma carreira lá no caderno. Eu estudava no intermediário, aí a mamãe dizia “não dá pra ti ir estudar amanhã” aí eu corria lá com a diretora, né, dizia: - Diretora quebra o meu galho, vai ter prova amanhã e a mamãe tá dizendo que não dá pra mim vim, e ela gostava de mim, ela quebrava o meu galho, quando dava de noite, eu chegava 5,6 horas, eu ia fazer a minha prova lá na casa dela, já pensou, assim eu vivia³.

As difíceis situações que Raimunda Nogueira enfrentou para estudar e terminar a 4ª série do antigo ensino primário retrata o cotidiano vivido por várias outras pessoas que residiam na vila. O descaso com o lugar por parte dos representantes e o valor dado à educação pelos pais dos alunos, entre as décadas de 1930-1960, evidenciam os sentidos da precariedade do ensino não só em Melgaço, mas em outros municípios marajoaras. O pouco incentivo para o ensino pode ser percebido na voz de Raimunda quando fala sobre a inexistência de alimentação na escola. “Todo mundo levava a sua merenda, sabe, pra gente ficar até 11:00h a gente levava merenda, cada um levava a sua merenda, quando dava

³ Entrevista com Raimunda Nogueira, 52 anos, realizada em sua residência no mês de maio de 2002.



9:00h, todo mundo, nós saía e ia merendar, mas por conta própria, não tinha esse negócio de merenda do governo”⁴.

Na lembrança dos moradores a primeira escola em que estudaram era uma sede dançante, localizada ao lado de onde foi instalada a partir de 1983 a Biblioteca Municipal Américo Brasil, na Avenida Senador Lemos, hoje destruída para dar lugar ao projeto de uma Feira Municipal, desenhada apenas na estrutura de tijolos. Segundo seu Firmino, essa escola foi inicialmente uma casa de morada que o inspetor Daniel Quintas doou para ser a sede dançante de São Miguel Arcanjo. Foram tirados os compartimentos e transformados num único salão.

No tempo da intendência (1889-1930) foi construída uma escola de alvenaria, porém estava desativada e tomada por matos. Com a chegada de outro inspetor, de nome Emiliano, a escola abandonada foi posta para funcionar e o antigo salão de festa, onde os alunos estudavam, foi demolido para a construção do mercado municipal, nos finais da década de 70, em exemplar redefinição de espaços e territórios.

Lembro que tinha uma escola que ficava na rua da frente onde hoje mora a dona Raimunda Figueiredo. A minha professora se chamava Antônia. Nós entrava 7:00h e 8:00h nós levantava o pavilhão nacional, nós cantava o hino nacional. Depois entrava na escola. A professora dava a lição do dia, dava leitura, tabuada e conta. Dia de sábado era lição de tabuada e o dever de casa era a poesia.(...)Agora eu pergunto ao professor: Por que ele não ensina os alunos? Hoje os alunos não sabem cantar o hino nacional. (...) O Estudo de hoje não faz as operações de conta, não dá lição que deve aprender na escola. O aluno quando se forma não pode pegar um emprego porque ele não pode ensinar. Os alunos de hoje não sabem resolver as quatro operações não sabem tirar a prova dos nove.⁵

O olhar ao processo educacional atual distingue-se na memória de moradores, especialmente quando se trata de pessoas que experimentaram formas de educação em tempos pretéritos. Seu Benevenuto, negro, morador nativo de Melgaço, hoje falecido, mas com 78 anos quando concedeu o depoimento, trouxe em suas lembranças experiências e situações vividas na escola, no tempo de sua

⁴ Entrevista com seu Benevenuto Nogueira, realizada em sua residência, no mês de janeiro de 1998.

⁵ Idem.



adolescência, quando a cidade não passava de uma humilde vila, abandonada e esquecida pelo domínio portelense⁶. A riqueza de sua narrativa abre brechas para questionarmos os diferentes significados que a educação tem hoje na vida das pessoas. “Levantar o pavilhão, cantar o hino nacional, ensinar tabuada”, aspectos tão criticados pelas novas metodologias de ensino, foram elementos que marcaram a vida e a identidade de quem experimentou esse processo histórico.

Acompanhamos muitas vezes, na escola que trabalhamos, debates e discussões sobre os métodos tradicionais de ensino. Alguns professores traziam em suas reflexões a ideia de que, antes de criticá-lo, é preciso apreender a eficiência de tais métodos, já que muitas pessoas foram alfabetizadas e conseguiram avançar em sua formação, sendo fruto desse tipo de proposta de ensino. Outros eram radicais em seus comentários, denominando-o como autoritário e silenciador, já que não incentivava os alunos a desenvolver a capacidade de questionar e participar ativamente de sua aprendizagem.

Nesse debate nos posicionamos com a atitude de quem pretende acompanhar o movimento e dinâmica da história. Não podemos tomar o passado de forma depreciativa, desvalorizando ações e experiências dos sujeitos históricos. Há que se visualizar que muitas práticas sociais, constituídas em tempos passados, são retomadas constantemente e, por mais que o neguemos, muitas, ainda hoje, fazem-se presentes em nosso cotidiano, através de nossas mais diversas e diferentes atitudes, posicionamentos, hábitos e costumes. O passado refaz-se nas teias do presente em situações sutis e publicamente expostas.

Acreditamos que a sociedade cria/recria historicamente formas específicas de ensinar, seja com novos métodos, seja com novas tecnologias. Precisamos, contudo, atualmente, dadas às necessidades das novas demandas, estabelecer critérios específicos para nossas práticas educativas. Valorizar potencialidades e riquezas culturais dos alunos que provém de diferentes realidades sociais, sem

⁶ No período de 1930 a 1960, Melgaço esteve sob o domínio dos municípios de Breves (1 ano e 8 meses) e Portel (29 anos). Para maiores aprofundamentos ler: (PACHECO, 2006).



impor estratégias que visem homogeneizar suas ações, é ação necessária para se fazer educação no século XXI.

As metodologias de trabalho precisam ser pensadas dentro de uma dimensão em que as diferenças não sejam apagadas, mas exploradas, a fim de produzirem situações de aprendizagens que possibilitem práticas de cidadania, atendendo desejos, necessidades e interesses dos alunos

Acompanhando o movimento da história da educação de Melgaço pelos meandros das memórias dos moradores é possível dizer que poucos moradores tiveram oportunidade de estudar. Não por acaso, quando questionados sobre a educação desenvolvida na vila do passado, trazem em seus relatos angústias por não terem experimentado esse tipo de atividade quando eram crianças.

Eu não tive a oportunidade de estudar, com 8 anos a minha mãe me butu pru mato pra trabalhar, eu ia fazendo todo tipo de serviço que eu dava conta. Hoje eu sei fazer tudo quanto é trabalho do mato. E o maior arrependimento que eu tenho no dia da minha vida é de não ter estudado⁷.

No horizonte das dificuldades para estudar, insere-se também o depoimento de dona Maria Corrêa Oliveira, expressando forte ressentimento pela atitude tomada por seus pais.

Nunca estudei, porque meus pais não deixavam, eles falavam que não era para eu escrever cartas pra namorado, hoje me sinto culpada por não ter aprendido ler e nem escrever, isso tudo é culpa de meus pais, por não deixar eu estudar. Quando mandam uma carta pra mim, eu tenho que pedir pra alguém ler. Teve pessoas que até me enrolavam, mas eu não podia fazer nada. Meus pais tinham tanto ciúme de mim que não deixavam eu levar uma xícara de chá a uma visita⁸.

Das narrativas dessas mulheres surge a valorização que atribuem atualmente para a educação escolarizada, direito social negado no tempo em que podiam estudar. Trazem à tona as tensões que essa questão provocou no seio de

⁷ Entrevista com a Benedita Nogueira, 72 anos, realizada em sua residência, no mês de abril de 2002.

⁸ Entrevista com Maria Corrêa Oliveira, 79 anos, realizada em sua residência, no mês de agosto de 1998.



suas famílias, culpando os pais como responsáveis por não dominarem os códigos linguísticos do mundo letrado. A vila aparece, então, como o lugar do aprendizado da escrita e o letramento como emancipação social.

As dificuldades de acesso à escola, expressão do caráter excludente que os “Marajos” viviam e, especialmente, Melgaço, somado com a tradicional formação cultural dos pais, podem ser questões que descortinem significados da escolarização, naqueles tempos. A escola, além de ser espaço de poucos, em sua proposta de ensino negava a própria formação humana e cultural de ribeirinhos que habitavam tanto a vila, quanto a beira dos rios do município.

O projeto de escola pautado em letramento imposto a esses habitantes formados no âmago de matrizes culturais orais, na interface com os conhecimentos da natureza, negava seus saberes (ANTONACCI, 2001). Ao mesmo tempo em que muitos tinham vontade de estudar, a exemplo de dona Benedita e sua filha, Raimunda Nogueira, percebiam a diferença que existia em seu cotidiano de vida e de trabalho com os ensinamentos que a escola valorizava e tentava transmitir.

Essa questão evidencia a emergência de estereótipos que denominam habitantes de florestas como analfabetos pelas formas de educação escolar que se instituíram em todo o Brasil. Incorporando esses preconceitos, muitos ribeirinhos, ao decidirem deixar suas antigas propriedades nas margens de rios e matas, migraram para a vila com o interesse de envolver os filhos no universo do mundo letrado, pensado a educação como redenção social e possibilidade de serem tecidas outras trajetórias, diferentes daquelas que marcaram suas vidas. Esse desejo nem sempre foi materializado, porque muitos não conseguiram se enquadrar na proposta de formação imposta pelo modelo de escola instituído na cidade.

A EDUCAÇÃO NOS ARQUIVOS: AS PROFESSORAS E SUAS PRÁTICAS

Ao localizarmos, nos arquivos da delegacia de Polícia de Melgaço, o Livro de Decretos mais antigo, produzido no município, captamos indícios da situação



educacional.⁹ Analisando esses materiais, articulados com depoimentos de alguns moradores, percebemos que poucos tiveram acesso à educação escolarizada. Por sua natureza disciplinar rígida e pelos descréditos em relação ao sistema educacional, conjugados aos poucos recursos e à prática de políticos da época, desinteressados em investimentos neste setor, evidencia-se número reduzido de atuação de profissionais nas escolas de Melgaço. Pelos decretos de nomeação destes profissionais localizados nas caixas do arquivo morto da Delegacia de Polícia, das cinco professoras nomeadas, apenas uma destinou-se para dar aula na cidade.

A presença desse tipo de documentação na Delegacia de Polícia leva a pensarmos outros usos que a cidade fazia desse órgão de vigilância que também assumia diferentes funções. Não tendo um caráter meramente policialesco, a Delegacia funcionava como uma espécie de grande almoxarifado e arquivo das memórias oficiais produzidas pela administração municipal. Não por acaso encontramos documentos da década de 60 e 70, tais como projetos de Lei, Leis orçamentárias, livros de prestações de contas, relatórios administrativos arquivados juntos a livros de ocorrência e decretos.

Os nomes das professoras encontradas neste arquivo documental entram em sintonia com lembranças de antigos moradores. São mulheres que marcaram uma época, mesmo nas condições mais adversas para se ensinar naqueles tempos idos, a memória reconstruída sobre sua presença na história da educação municipal expõe reconhecimentos e afetividades.

⁹ O referido documento começa a ser datado em 17/05/1962. Algo muito interessante que aparece são os decretos de n.º 04 de 01/06/1962, nomeando *Maria Soares Leite*, para assumir o cargo de professora na Escola Municipal “02 de Junho”, em Santa Maria do Piteira; o de n.º 06, também de 01/06/1962, nomeando *Maria da Conceição Oliveira*, para assumir o cargo de professora na sede do município; o de n.º 17 de 01/09/1962, nomeando *Zuleide da Silva Pinto*, para assumir o cargo de professora no “igarapé Assu”, no rio Tajapuru; o de n.º 18 de 01/09/1962, nomeando *Dinair Maria de Amorim*, para exercer o cargo de professora na localidade Stº Ant.º do Tajapuruzinho e o de n.º 19 de 01/09/1962, nomeando *Maria de Fátima Pereira de Souza*, para exercer o cargo de professora na localidade “Cachuana”.



Dona Mariinha, avó da dona Neuza, Tereza de Jesus Barros Corrêa, que também foi vereadora no mandato do seu esposo Orlando Corrêa do Amaral, primeiro prefeito de Melgaço, pós-restauração (1963-1966), são as primeiras mulheres desveladas deste arquivo público. Outras professoras e professores que aparecem são: Eliete, esposa do delegado Roque, Maria de Araújo, que chamavam de Doninha; Maria Bezerra da Silva, Nena; Maria José, conhecida por Jura e Cláudio Tavares, professor por um ano, enquanto o Tenente Sabino e Nancy deram aula particular para adultas à noite, devido a falta de professores.

Uma das professoras que aparece de forma intensa na memória de moradores é Concy, que veio de Belém. Segundo depoimentos, foi a professora mais tradicional e autoritária que passou por Melgaço. “Nós não nos acostumamos com ela. Era muito ruim. Lembro que ela me reprovou por achar que eu estava colando, apesar de eu ter médias pra passar. Ela trabalhava sempre com um cacete”¹⁰.

A prática pedagógica da professora Concy, conforme a narrativa de Bebê, dialoga com as lembranças de seu Adamir Borges, quando estimulado pela foto de inauguração da primeira escola estadual, falou da forma como os professores conduziam o ensino naquele tempo. Pôr os alunos de castigo, organizar as famosas sabatinas para ensinar a memorizar a tabuada, repreendê-los, utilizando-se de palmatórias ou outros instrumentos de punição, são referenciais que marcam a memória escolar dos moradores do município. Essa questão pode ser resumida na fala de seu Melgacino: “Os professores eram muito autoritários, os alunos apanhavam com régua, palmatória e ficavam de castigo de joelho na escola. Dia de Sábado era tabuada e os alunos eram colocados na roda. Não havia reunião com os pais”¹¹.

¹⁰ Idem.

¹¹ Entrevista com Antônio Melgacino, 52 anos, realizada em sua residência, no mês de fevereiro de 2003.



A partir de 1968, com a construção da 1ª escola estadual na sede do município e a contratação de 03 professores de Belém, em 1970, “planta-se as primeiras sementes do processo educacional na sede do município”, de acordo com os comentários de Hermógenes F. dos Santos, prefeito de Melgaço em duas gestões (1973-1976 e 1983-1988). No caderno de memórias de seu Francisco Mamede, essas professoras vieram do município de Capanema e todas eram normalistas. As professoras, Maria Bezerra da Silva, conhecida pela população como Jura, assumiu o cargo de diretora da Escola Bertoldo Nunes; Maria Leite Rosas da Silva (Nena) e Delzirene foram lotadas com o cargo de professora.

Essas moças desenvolveram muito o ensino tanto na cidade como no interior, pois foram nomeados vários professores para os diversos lugares, como Laguna, Carnajuba, Pracupijó, Alto Tajapuru, etc. e davam assistência levando material e merenda, foi instalado diversos postos de Mobral de forma que foi dois anos que o Setor Educacional teve progresso (SOUZA, 1989).

Por possuírem qualificação para o exercício da docência naquele tempo, passaram a motivar e incentivar os moradores a colocarem seus filhos para estudar. Começou, assim, a organização do setor de educação em Melgaço com algumas penetrações nos espaços rurais. No entanto, as políticas pensadas para o setor educacional ainda contemplavam um número reduzido de habitantes, pois contingente significativo de crianças em idade escolar continuava fora da escola, em função de uma série de questões que ainda hoje contribuem para explicar porque Melgaço, até os anos 2000, era um dos municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

NA TEIA DO PASSADO/PRESENTE: URDINDO RETRATOS DA EDUCAÇÃO

Melgaço, nas margens dos “Marajós” desconhecidos e esquecidos, é um lugar historicamente pouco assistido pelos governos estadual e federal, bem como pelos deputados pertencentes a essas esferas. Como a referida realidade não foge



à dinâmica da política nacional, que parte do princípio de que espaços com maior número de eleitores obtêm uma atenção especial dos políticos brasileiros, é fácil compreender o descaso dado ao município por parte dos poderes regionais do Pará¹².

A trajetória de constituição deste município deixa ver uma história perdas, abandonos e lutas por sua restauração (PACHECO, 2006). A sequente exploração de suas riquezas naturais, conflitos e crises na administração pública, falta de vontade política por parte de alguns de seus gestores¹³, sintonizados ao descaso do poder político estadual e da própria União, que somente na última década vem procurando implantar projetos de reabilitação e enfrentamento da desigualdade social, esquadriharam os retratos de uma realidade social em grandes dificuldades.

Posto, então, nos subterrâneos do desenvolvimento econômico, político e social em relação a outras unidades da federação paraense, que no passado colonial foram, por exemplo, vilas importantes¹⁴, em Melgaço, em meio aos ardis das articulações partidárias e interesses de grupos hegemônicos na região, forjou-se um processo histórico muito particular e um débito, em termos de emancipação humana e social, de grandes proporções.

Um dos aspectos desenhados por esse mapa histórico é a dificuldade da presença efetiva da escola pública de qualidade, em toda sua extensão territorial, especialmente no espaço rural/florestal onde se encontram 71, 39% (dos 7.378 matriculados em 2009, 5.267 estudam em escolas ribeirinhas (CENSO INEP) do

¹² De acordo com os dados do IBGE o município de Melgaço tem apresentado após seu processo de criação os seguintes números populacionais: 1960/70, total da população: 6.223, Urbana: 364, Distrito de Areias: 1.408 e restante da zona rural: 4.451. Década de 80, população total: 10.764, Urbana: 976 e Rural: 9788, sendo que desse número o Distrito de Areia possuía 1.984 habitantes. Censo de 1991, população total: 14.538, Areias: 2.819. Resultados Preliminares do Censo de 2000. População total: 21.064. Urbana: 3.180 e Rural:17.884. Fonte: INEP, Censo Escolar 2002.

¹³ O ápice destas situações ocorreu em 12 de agosto de 1996, quando os funcionários públicos municipais, depois de conviverem 03 meses com atraso em seus vencimentos, em ação coletiva, atearam fogo no prédio onde funcionava a câmara municipal, a prefeitura, a agência dos Correios e a Junta Militar. Para maiores informações, ver: (PACHECO, 2006, pp. 194-214).

¹⁴ Melgaço, Portel e Oeiras foram considerados no período colonial o Império da Farinha no Pará. A esse respeito, Cf: (PACHECO, 2010, p. 59).



alunado da rede municipal de ensino e 96 pequenas unidades escolares (INEP/MEC/SEMED). Até 2001, 75% dos professores da rede municipal de ensino possuíam apenas o Ensino Fundamental, 15% detinha somente o ensino de 4ª série e apenas 10% o Ensino Normal (Relatório do PECPROF 2006 – SEMED/DIPROE).

A partir deste período, a presença de gestores de educação mais qualificados e comprometidos com a política de educação continuada de professores, melhoria da infra-estrutura escolar, elaboração do desenho curricular, aquisição de material didático para citar os principais aspectos, contribuiu para que a realidade da educação municipal melgacense alcançasse alguns ganhos.

A conclusão do Projeto Gavião II em 2001, que qualificou 70 professores ribeirinhos, os convênios firmados entre Prefeitura Municipal e Universidade do Estado do Pará, o qual capacitou 36 professores com o curso superior de Formação de Professores da Pré-Escola às Primeiras Séries do Ensino Fundamental no período de 2002-2005, igualmente com a Universidade Federal do Pará, por intermédio da Associação dos Municípios do Arquipélago de Marajó (AMAM), que garantiu a formação de 27 professores em nível superior nas áreas de Pedagogia, Letras, História e Geografia no período de 2004-2007, além de apoio à implantação dos cursos de Licenciatura Plena em Pedagogia, Letras e Geografia pela Universidade Vale do Acaraú a partir de 2004, contribuíram para remodelar o retrato da formação docente da rede municipal.

A implantação dessas ações, convênios e parcerias ao longo desta última década (2001-2010) se um por um lado contribuiu para melhorar o quadro da qualificação profissional, seu resultado não se fez sentir com a mesma proporção no processo de ensino-aprendizagem.

Em 2009, Melgaço possuía 289 professores na rede municipal de ensino. Destes 116 estavam lotados no espaço urbano, entre os quais, 20 não possuem formação mínima em Magistério: 17 prestam serviço na Pré-Escola e 03 nas duas únicas escolas de Ensino Fundamental. Do total de professores da rede municipal 34,6% possuem Ensino Superior; 32,9% estão cursando uma licenciatura e 32,5%



não possuem formação mínima em Magistério. Entre os 173 professores lotados em escolas rurais de 5^a a 8^a séries, 34 possuem ensino superior; 40 estão cursando uma licenciatura. Já nas escolas de 1^a a 4^a séries, 25 possuem Magistério e 74 cursaram apenas Ensino Médio em Educação Geral. (CPD/SEMED – Quadro de Lotação Docente de 2009)

A verificação do quadro do rendimento escolar nas escolas rurais no período de 2001 a 2005, não deixa perceber grandes alterações no que diz respeito ao sucesso escolar dos alunos.

ANO	MATRÍCULA	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	EVASÃO	OUTROS
2001	4723	1821-38,56%	1192-25,24%	1487-31,48%	223-4,72%
2002	4943	1935-39,15%	1521-30,59%	1326-26,82%	170-3,44%
2003	4018	1740-43,31%	1254-31,21%	964-23,54%	78-1,94%
2004	4006	1759-43,90%	1185-29,58%	686-17,12%	372-9,28%
2005	4319	1815-42,02%	1534-35,52%	896-20,75%	74-1,71%

FONTE: Central de Processamento de Dados - CPD/SEMED

A somatória do índice de reprovação e desistência ultrapassa as taxas de aprovação, o que caracteriza déficit na qualidade de ensino. As taxas de aprovação e reprovação dos anos seguintes espelham-se nos seguintes números: 2006 – 45,03% aprovação e 54,97% reprovação; 2007 – 51,83% aprovação e 48,17% reprovação; 2008 – 50,30% aprovação e 49,70% reprovação e 2009 – 77% aprovação e 27% reprovação (CDP/SEMED – Gráfico de Aprovação da Rede Municipal - 2009).

Este aumento no índice de aprovação apresentado no último ano, o que elevou o número do IDB do município de 2.2 em 2007 para 3.7 em 2009, atingindo a projeção esperada para 2015, não espelha a realidade das escolas ribeirinhas onde trabalham os professores leigos. Em 2009, nas 47 escolas onde estão lotados os 74 professores terminaram o ano letivo 1.637, destes foram reprovados: 348 na 1^a série; 68 na 2^a série; 74 na 3^a série e 29 na 4^a série, totalizando 519 alunos



reprovados nas séries iniciais, cujo índice geral foi de 31,7%. Na 1ª série, como pode ser observado, 46, 1% dos alunos não conseguiram aprovação, aspecto que evidencia a existência de dificuldades destes professores em realizar práticas de leitura e escrita eficientes.

Para se entender a aparente ambiguidade em relação ao número de professores licenciados e os índices de aprovação e reprovação apresentado entre os anos de 2001 a 2008, é preciso assinalar as histórias de deslocamentos, transferências, abandonos ou substituições de professores de suas unidades de ensino por pedidos dos próprios professores ou decisões da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação. Esse aspecto por si só explica a dificuldade do aluno em obter certa regularidade e continuidade no processo de ensino-aprendizagem. Soma-se a essa situação o caráter nômade de muitas famílias ribeirinhas. Seu tempo de estada numa determinada localidade depende do tempo da pesca, extração do açaí, madeira, plantio e colheita da mandioca, entre outras atividades sazonais. A lógica que rege a dinâmica familiar geralmente é a luta pela sobrevivência.

As contradições acima exposta se acirraram depois da saída da escola ribeirinha de alguns professores que obtiveram formação superior pela rede municipal de Melgaço. Estes profissionais, após um período de trabalho no espaço rural, receberam melhores ofertas de emprego em outros municípios marajoaras e decidiram pedir suas demissões. A dificuldade historicamente visível para se ensinar nas escolas rurais nunca foi atraente para o professor marajoara. Ainda nesta esteira, outros professores lotados nas escolas ribeirinhas na virada de um ano para outro, negociaram, junto ao poder público, suas transferências do espaço rural e vieram compor a rede de professores do espaço urbano.

Junto deste processo, após 2002, o curso de ensino Médio a nível de Magistério, ofertado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA), através do Sistema de Organização Modular de Ensino, extinguiu-se e a única escola estadual existente na sede do município foi obrigada a implantar o Ensino Médio em



Educação Geral. Esta mudança afetou diretamente a reconfiguração do novo quadro de docentes. Vejamos por que:

A falta de professores com a formação mínima em Magistério forçou o poder público a abrir contratação de professores leigos. Vieram compor o novo quadro docente, os alunos que concluíram o Ensino Médio na modalidade Educação Geral, tanto do município de Melgaço, quanto de municípios vizinhos. Esse processo intensificou-se especialmente a partir de 2009, quando foi implantado o novo plano de carreira, cargos e salários do magistério público, para seguir a orientação do novo piso salário nacional da educação básica. A nova jornada de trabalho em no máximo 08 horas diárias, contemplando 02 horas para formação continuada, planejamento, reuniões pedagógicas, exigiu a contratação de um novo professor em escolas onde funcionavam duas turmas com apenas um.

Sem desconsiderar os múltiplos aspectos que contribuem para a baixa qualidade da educação básica no município de Melgaço, não se pode esquecer que o foco central desta problemática centra-se na formação inicial do professor. A carência de disciplinas pedagógicas no campo da didática, planejamento de ensino, procedimentos pedagógicos, instrumentos de avaliação, práticas de leitura e escrita interdisciplinares, valorização da história e memória local, interferem diretamente na forma como estes professores ribeirinhos leigos conduzem o processo de ensino em sua escola.

Inseridos e formados numa realidade educacional cuja tradição ainda hoje reafirma o poder do currículo pensado no centro-sul do país, o qual decreta os assuntos e exemplificações que devem conter nos livros didáticos em circulação pelas escolas brasileiras, estes professores desenvolvem uma percepção de que a prática educativa deve reproduzir esta orientação.

Carentes de leitura e estudos renovados sobre a prática docente que caminhem a contrapelo deste modelo oficial excludente, os professores leigos, para realizarem suas atividades diárias, acessam geralmente antigas informações ou experiências compartilhadas aquando de seu processo de escolarização na escola



primária e secundária. Deste modo, a fratura imposta historicamente entre educação e cultura local, que desqualifica e desvaloriza a riqueza do universo de vida dos próprios professores, seus alunos e comunidade local, resultam, muitas vezes, em total desinteresse do aluno ribeirinho pelo ensino e afastamento da comunidade da escola. A título de exemplificação ainda hoje a grande maioria das escolas marajoaras não conseguiu trazer os membros dessa comunidade para si e estabelecer as desejadas parcerias escola-comunidade.

A grande maioria dos pais destes alunos que estudam com estes professores leigos, por não serem motivados para essas cooperações e estarem envolvidos numa luta contínua para garantir a vivência material de sua família, experimentam e reproduzem as contradições criadas pelo sistema econômico e político que força a própria evasão escolar e os baixos índices de desenvolvimento humano destas populações.

É de conhecimento público que a educação continuada do professor repercute diretamente na qualidade do planejamento, métodos, recursos, formas de avaliação utilizadas no exercício da docência. Esta leitura sintoniza-se com o Edital nº 38/2010/CAPES/INEP, quando assinala que “o processo de alfabetização como uma etapa crucial para o bom desempenho escolar de crianças, jovens e adultos” é fator crucial para a construção de bons índices da educação nacional.

LUTAS FUTURAS: PERSPECTIVAS SOCIAIS

Diante da reconstrução deste retrato social e para enfrentar de maneira pragmática uma de suas problemáticas, “a situação do professor ribeirinho leigo”, encaminhamos à CAPES/INEP o projeto “Identidades docentes e práticas de leitura com tradições orais marajoaras”, o qual focaliza suas preocupações em acompanhar a história de vida e formação inicial, o cotidiano de trabalho e as dificuldades enfrentadas por 74 professores ribeirinhos leigos de Melgaço, lotados em 61 escolas



municipais, bem como captar narrativas da tradição oral marajoara junto a estes docentes, seus alunos e comunidade em geral. Pretende-se inicialmente mapear e realizar uma espécie de Raio X da identidade docente. Para tanto, partir-se-á com as seguintes indagações: Quem são esses professores ribeirinhos leigos que trabalham nas séries iniciais? Qual sua formação étnico-racial? Como se identificam? São oriundos de que grupos sociais? De que modo trilharam seu processo de ensino-aprendizagem? Que práticas de leitura e escrita vivenciaram na escola como alunos e, hoje, na condição de professor de que modo realizam estas atividades? Que narrativas da tradição oral marajoara fizeram ou ainda fazem parte de suas vivências? O que os levou a optarem pela docência no espaço rural do município? Como encaram a vida nesta realidade? Que representações expressam do universo escolar rural? Quem são seus alunos? Como se dão suas relações com eles e com a comunidade escolar? De que maneira procuram desenvolver suas atividades docentes? Como planejam suas aulas? O que pensam do livro didático? Com quais métodos, estratégias de ensino e formas de avaliação operam no ensino da leitura e escrita para transmitir os saberes escolares? Quais dificuldades enfrentam para alcançarem o sucesso escolar de seus alunos? O que sabem sobre a importância de se trabalhar as narrativas orais populares como recurso interdisciplinares no processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita? E mesmo sua escola não tendo a disposição as novas tecnologias, o que sabem e pensam sobre seu uso como ferramenta e mediação de ensino?

A importância da escolha e investigação desta temática a partir destas questões problematizadoras, poderia ser justificada por uma série de fatores. Apresenta-se dois considerados crucial para o entendimento da problemática e sua resolução. Primeiramente é preciso considerar a dificuldade enfrentada pelos professores brasileiros da Educação Básica no ensino da Língua Portuguesa e Matemática, conforme expressa o Edital nº 38/2010/CAPES/INEP 2010.

Se os diagnósticos oficiais apresentados pelo MEC/INEP demonstram que o país encontra-se em situação insatisfatória frente a outros países em



desenvolvimento a respeito da qualidade do ensino público, na realidade amazônica, especialmente em sua face norte, esses baixos índices acirram-se.

A heterogeneidade do desenvolvimento social e humano entre os municípios paraenses revela que a ilha de Marajó está em maior desvantagem na classificação estadual. O município de Melgaço, escolhido para ser realizada esta pesquisa e as intervenções educacionais planejadas, como foi visto anteriormente, esteve no ano de 2000 entre os piores em qualidade de vida do Brasil (PNUD). Entre esses índices, o analfabetismo ganhou destaque.

O segundo aspecto que faz justificar a relevância do projeto é o fato de ele se tornar nos próximos (04) quatro anos, caso venha a ser aprovado, a principal arma de combate dos principais problemas que interferem nos baixos índices do ensino da leitura e escrita nas escolas ribeirinhas, onde estão trabalho os professores leigos. Paralela a esta contribuição, a proposta deste estudo em realizar entrevistas com moradores locais e socializar com eles a produção confeccionada, ajudará as escolas a estabelecerem os pretendidos laços com sua comunidade, além de ser uma boa oportunidade para estes habitantes construir outras representações da escola e descobrirem a importância de sua cultura na vida escolar.

A equipe do projeto entende que os conhecimentos necessários para serem ensinados à criança nos primeiros anos de formação no ensino fundamental requerem práticas interdisciplinares e textos que possam estar relacionados ao seu universo cultural. O ensino dos fonemas e noções de matemática, espaço e tempo precisam ser pensados, planejados e executados de maneira que a oralidade, a leitura e a escrita sejam trabalhadas integralmente, utilizando especialmente narrativas de histórias que recuperem seu rico cotidiano de vida. Daí a escolha das tradições orais marajoaras em suporte escrito, visual/sonoro e digital, explorando seus conteúdos, performances e recepções (ZUMTHOR, 2000), como estratégia para envolver o aluno nas dimensões da cultura letrada.



A presença da disciplinaridade, resultado do pensamento cartesiano e da razão iluminista, prejudicou a construção do desenho curricular nas escolas. Hoje, em tempos de pensamento complexo e questionamento da segmentação e fragmentação do saber, é preciso repensar a formação do professor e discutir sua prática educativa.

As descobertas da neurociência demonstram que a criança em idade escolar aprende com maior facilidade se o professor explorar, no exercício do ensino-aprendizagem, sua realidade histórico e sócio-cultural e desenvolver atividades que lhe permitam uma visão de conjunto da realidade. É preciso começar pelo local, pela vivência concreta, por representações que tenham significado com seu universo cultural. Portanto, integrar ao ensino da leitura e escrita as narrativas de tradições orais da região amazônica, estimular o aluno a lê-las numa perspectiva interdisciplinar e explorar não apenas os conteúdos de Língua Portuguesa, mas também da Artes, Matemática, História, Geografia, Ciências como práticas de leitura, escrita e interpretação do mundo, certamente melhorará significativamente a qualidade da aprendizagem.

Em pleno tempo de globalização e expansão dos meios hipermediáticos, apropriar-se, no universo escolar, das ferramentas tecnológicas como máquinas fotográficas, gravadores, filmadoras, aparelhos de DVD's, computadores, data-shows, sites e blogs para potencializar o conhecimento de saberes, tradições, histórias, memórias e experiências de populações amazônicas, é demonstrar que esses suportes comunicacionais podem ser operados a favor da escuta das vozes, conhecimentos das identidades e registro da riqueza destas culturas de matrizes orais. Interrelacionar tecnologia e tradição, oralidade, visualidade, performance e letramento, local e global, rural e urbano para construir novas perspectivas interdisciplinares para o ensino da leitura e escrita nas escolas ribeirinhas do município de Melgaço, são desafios que este projeto se propõe a percorrer.



REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. Tradições de oralidade, escritura e iconografia na literatura de folhetos: nordeste do Brasil, 1890/1940. In: *Projeto História 22*, PUC/SP. São Paulo: EDUC, junho/2001.

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M, CALDART, Roseli S. e MOLINA, Mônica C. (orgs.). *Por uma educação do Campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. Esquecer para lembrar e ser. In: MENEZES, Maria Cristina (org.) *Educação, Memória, História*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

FAZENDA, Ivani. A pesquisa como instrumentalização da prática pedagógica. In: FAZENDA, Ivani (org.) *Novos enfoques da pesquisa educacional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 75-84

FERREIRA, Marieta de Moraes (Cord.). *Entre-vistas, abordagens e usos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a história. In: LENSKIJ, Tatiana & HELFER, Nadir Emma. *A memória e o ensino de História*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História 17*. São Paulo: Educ/Fapesp, nov/1998.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange R. de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PACHECO, Agenor Sarraf. *À margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da "cidade-floresta" Melgaço-Pa*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

_____. *En el corazón de la Amazonía: Identidades, Saberes e Religiosidade no Regime das Águas Marajoaras*. Tese de Doutorado em História Social. PUC-SP, 2009.

_____. As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de contato. In: SCHAAN, Denise Pahl e MARTINS, Cristiane Pires (orgs.). *Muito além*



dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, 2010, pp. 31-69.

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PORTELLI, Alessandro. Formas e significados na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade. In: *Projeto História 14*, PUC-SP. São Paulo: EDUC, fev/1997.

_____. O que faz a História Oral diferente. In: *Projeto História 14*. São Paulo: PUC/SP, EDUC, fev/1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História 15*. São Paulo: PUC/SP, EDUC, agos/1997.

SANTO, Ruy Cezar do Espírito. *Desafios na formação do educador: retomando o ato de educar*. Campinas, SP: Papirus, 2002. (Práxis).

SHOHAT, Ella e STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. Tradução Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SOUZA, Francisco de Oliveira e. *Caderno de Memórias (1927-1988)*. Melgaço, 1989.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 01. Tradução Renato Bussatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção, Leitura*. SP: Educ, 2000.